

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

LabCit/GEDRI

ISSN 2675-3308

v. 4, n. 1, 2023

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Márcio Rogério Silveira
Rodrigo Giraldi Cocco
Nelson Fernandes Felipe Junior

O Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística (LabCit) se constitui como espaço de interação entre pesquisadores, professores, estudantes e comunidade, oferecendo suporte para atividades de pesquisa, ensino e extensão. A origem do laboratório remete ao Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI), constituído em 2005. Ele congrega pesquisadores de diferentes regiões do país. O grupo é certificado pelo CNPq desde 2005 e atualmente é sediado no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Edição do Textos para Discussão

LabCit/GEDRI

www.labcit.ufsc.br

Departamento de Geociências

Bloco C do CFH, sala 4

E-mail: labcit.gedri.cfh@contato.ufsc.br

Vinculação institucional

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)

Departamento de Geociências (GCN)

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)

Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística (LabCit)

Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI)

Coordenador: Prof. Dr. Márcio Rogério Silveira

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Prof. Márcio Rogério Silveira¹
Universidade Federal de Santa Catarina
marcio.gedri@gmail.com

Prof. Rodrigo Giraldo Cocco²
Universidade Federal de Santa Catarina
rodrigog.cocco@gmail.com

Prof. Nelson Fernandes Felipe Junior³
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
nelfelipejr@hotmail.com

Resumo: A desvalorização da educação no Brasil tem raízes históricas, relacionando-se à busca por parte das classes dominantes, em reproduzir a força de trabalho sob uma baixa qualidade intelectual, homogeneizando-a e, assim, rebaixando o preço de seu salário. Na educação, o professor detém um papel central, sendo também um potencial conscientizador das massas, outro aspecto inconveniente às classes dominantes. Nessa lógica, quer seja no Ensino Superior ou no Ensino Básico, os professores no Brasil têm sido culpabilizados pelo fracasso escolar e, ao mesmo tempo, forçados a desempenhar um papel de treinamento técnico do aluno para o mercado, em detrimento da importância da educação para uma formação política e crítica. No bojo desse processo, agentes ligados ao imperialismo/neoliberalismo, emanam ações que vão desde a manipulação de teorias pedagógicas, até a imposição de bases curriculares que funcionam como panaceia ante a problemas que são estruturais, como a infraestrutura e o serviço escolares insuficientes na qualidade e na quantidade. "Reformas" curriculares essas que redundam em uma redução dramática de horas de conteúdos clássicos, revivendo a cisão entre a "escola dos pobres", para reproduzir um exército industrial de reserva alienado e a "escola das classes dominantes", que preparam para o Ensino Superior. O artigo tem por objetivo debater o *status quo* da educação brasileira sob múltiplos prismas, buscando assim, tecer análises sobre a totalidade dos problemas que a acometem, destacando que o resultado da depreciação infraestrutural de escolas e universidades produz também uma superestrutura justificadora dessas condições. O resultado do descaso material da atividade educativa não poderia ser outro que não uma depreciação moral do "ser professor" e da própria educação formal.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Teorias Pedagógicas; Formação e Trabalho Docente; Neoliberalismo.

¹ Graduado em Geografia pela UDESC. Doutor em Geografia pela UNESP. Pós-Doutor em Geografia pela UNICAMP. Docente do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq.

² Licenciado e Mestre em Geografia pela UNESP. Doutor em Geografia pela UFSC e pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Pós-Doutor pela Universidade de Guadalajara (UDG) e pela UFSC. Docente do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela UNESP. Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL).

SOME REFLECTIONS ABOUT THE PATH TAKEN BY EDUCATION IN BRAZIL

Abstract: The devaluation process applied to education in Brazil has historical roots; it is associated with using a low intellectual-quality workforce to reduce workers' wage. Teachers play key role in education, since they are potential mass-awareness agents, and it is another inconvenient aspect for the upper classes. Based on this logic, Brazilian teachers, be them of Higher or Basic Education, have been blamed for school failure and, at the same time, forced to play the role of technical training providers to enable students to join the labor market, to the detriment of the important role played by education in individuals' political and critical formation. In the midst of this process, agents linked to the imperialism/neoliberalism regimes take actions that range from manipulating pedagogical theories to imposing curricular bases that, in their turn, work as a panacea for structural issues, such as quality- and quantity-associated insufficient infrastructure and school service. These "Curriculum reforms" result in significant drop in the number of classic content-teaching hours, and it reproduces the split between the "school of the poor" - to reproduce an alienated industrial reserve army - and the "school of the wealthy classes", whose members have access to Higher Education. The aim of the current study is to address the Brazilian education status quo, under multiple lenses, in order to analyze the totality of issues affecting it. Emphasis is given to the fact that the outcomes of the material and infrastructural depreciation of schools and universities also produce a superstructure aimed at justifying it. The result of the material neglect of the educational activity could not be other than the moral depreciation of "being a teacher" and of formal education, itself.

Keywords: Educational policies; Pedagogical theories; Teaching training and practice; Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

A prática docente vem passando por um processo de desvalorização contínuo, mas, nas duas últimas décadas, essa depreciação agravou-se a ponto de atingir o ânimo dos educadores. Muitos trabalhadores da educação abandonam a profissão – que, cada vez mais, torna-se "insalubre" a ponto de gerar doenças psíquicas, enquadradas na categoria de epidemias⁴ – e suas desistências refletem o desequilíbrio entre essa profissão e as demais, principalmente as consideradas de Estado, ou seja, as da elite do poder público. Com o crescimento econômico dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff e o surgimento de novas oportunidades de trabalho, a docência tornou-se menos atrativa aos jovens, na medida em que não houve um revigoramento dos salários, das condições de trabalho e da carreira docente, comparativamente às demais⁵.

Muitos fazem a seguinte pergunta: por que o Estado, as elites e uma grande parte da sociedade menosprezam a educação? E muitas vezes menosprezam quem estuda,

⁴ Uma pesquisa realizada com os professores do estado de São Paulo revelou que uma parte considerável toma algum tipo de psicotrópico para suportar as pressões do trabalho.

⁵ Considerando o número de formandos por turma, índice candidato-vaga no vestibular etc.

principalmente os que tentam fazer da educação uma forma de conscientização política? Porque a educação num sentido mais amplo representa, sobretudo, conhecimento do mundo, da história política e econômica, da geopolítica, da geoeconomia, da cultura e dos princípios humanistas. E todo esse conhecimento e conscientização política podem servir para melhorar e impulsionar as organizações e interações sociais, interferindo na política local, regional, nacional e internacional, com a finalidade de mais igualdade e diminuição da exploração e expropriação.

Então cabe outra pergunta: por que, em alguns países, onde a educação é considerada avançada e as pessoas leem mais do que no Brasil, apresentam-se graus elevados de neofascismo, de neonazismo, de neodarwinismo social e governantes ultraconservadores são eleitos e reeleitos com certa frequência? A resposta é clara! Muitos destes países fizeram reformas, como a do ensino superior na Europa, inspiradas pela "Declaração de Bolonha", assinada por 29 ministros da educação (em 1999) e que se espalhou por outros países e outros níveis educacionais (no Brasil essa influência é visível nas escolas técnicas federais e estaduais e na nova "Reforma do Ensino Médio"). Algo que se estende para as universidades e é claramente visível na curricularização da extensão e na reforma curricular, bem como no prevalecimento das tecnologias educacionais em prol do aprofundamento de conteúdos e, especialmente, os que envolvem o senso crítico (economia política, geoeconomia e outros). Essa declaração deu origem ao "Processo de Bolonha" e representa o marco referencial das reformas com viés neoliberal, atendendo aos auspícios da globalização da economia. Sua finalidade é diminuir os investimentos em educação e direcionar os recursos para os interesses do mercado e do aprimoramento do conhecimento tecnológico e conservador em detrimento do crítico e humanista.

Temos, portanto, um modelo educacional que cada vez mais incentiva a competitividade, a mobilidade discente para busca de novas experiências técnicas e organizacionais, e a adaptação e flexibilização ao mercado de trabalho. Educa-se para o mercado, isto é, uma educação estritamente profissionalizante e com pouco conteúdo crítico. Criam-se cursos e treinam-se geólogos, engenheiros e outros para somente extrair

petróleo, impedindo esses profissionais de exercitarem um raciocínio geopolítico e geoeconômico, ou seja, de compreenderem a importância da sua atividade profissional para as relações no âmbito internacional e para o desenvolvimento nacional.

Treina-se o médico para interpretar resultados de exames extraídos de imagens de máquinas e pouco se explica a ele sobre a possibilidade de atuar com uma visão ampla de saúde pública, do seu papel social e de sua atividade como um bem comum e coletivo de transformação social (por isso a surpresa de muitos com a atuação dos médicos cubanos durante o "Programa Mais Médicos", pois além do conhecimento há neles uma forte presença humanista construída coletivamente no seu país e, é claro, fruto também de uma forte presença do Estado Nacional). Entrementes, muitos entendem essas profissões como investimentos pessoais e familiares, um patrimônio pessoal, uma herança familiar e não comunitário e social, uma forma de angariar riqueza e de prover sua família. Muitos atuam profissionalmente sem princípios humanistas e procuram extrair o máximo de ganho econômico nas suas atividades diárias e depois procuram expurgar sua culpa e ganância nos diversos serviços de voluntariado, especialmente nas igrejas e em doutrinas de cunho filosófico-religioso, como o espiritismo e suas vertentes. É assim que criamos distorções que hoje permitem um avanço ultraconservador tanto nos grupos sociais mais e menos "letrados", quanto nos mais e menos providos de "conhecimento técnico-científico".

Outra questão é clara, ou seja, o sucateamento da educação é estratégia política e geopolítica, interesse do imperialismo econômico associado ao das elites locais e, para isso, criam-se situações de degradação plena, como os baixos salários para profissionais da educação; a alienação política na formação dos educadores, como a criação da categoria de "Notório Saber" para a educação básica, que se resume em colocar à disposição do Estado mais uma "Lei de Mercado" para a educação, ou seja, aumentar a oferta de profissionais para diminuir ainda mais os baixos salários dos professores, além de um empobrecimento dos aspectos didáticos e de conteúdo; as péssimas infraestruturas tanto das escolas como dos equipamentos de ensino (computadores, transporte, materiais didáticos e outros); o aumento da violência, especialmente contra os educadores; a criação de estatísticas que

pouco representam a realidade do ensino no Brasil (tanto que no governo Lula da Silva e Dilma Rousseff a qualidade do ensino básico melhorou mais nas estatísticas do que na realidade, fruto de uma visão neoliberal na educação e suas "boas práticas", representadas em grande medida pelos ministros Fernando Haddad e Aloizio Mercadante); a ampliação do analfabetismo funcional, com destaque para a aprovação continuada e a busca por diplomados.

O Estado, principal intermediador de conflitos, assume a postura de menosprezar os trabalhadores da educação, como observado no governo de Fernando Henrique Cardoso e, enfaticamente, pelo seu Ministro da Educação, Paulo Renato⁶. Já nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, a busca pelo aumento da mão de obra técnica para atender as demandas corporativas ampliou o ensino técnico de nível médio e superior sem, por outro lado, formar pelos meios institucionais, uma massa crítica, capaz de pensar o país e o mundo por um viés mais humanista (ao invés do *self-made man*, isto é, homem que se elevou pelos seus próprios méritos). A necessidade de aproveitar a "vantagem do atraso" levou o governo a uma busca indiscriminada pelo crescimento econômico⁷, baseado numa visão de superávit primário no agronegócio e uma política industrial pouco articulada, permitindo – ainda que de modo parcialmente errático – maior ampliação das forças produtivas e readequações das relações de produção, na direção do aumento da produtividade do trabalho.

A desvalorização da profissão de professor (além da própria depreciação do conceito de professor, atribuído a técnicos de futebol, treinadores de academias de ginástica, *youtubers* e outros), pelas constantes políticas de precarização das relações de trabalho, cria na sociedade um desprezo pelo papel do educador. Ele vem ocorrendo com aqueles que se

⁶ Implanta-se nesse governo uma política educacional neoliberal, baseada em parâmetros estatísticos para agradar as organizações internacionais. Assim, a educação é maquiada para fins de favorecer institucionalmente o processo de abertura econômica do Brasil e o aprofundamento da sua dependência.

⁷ O crescimento econômico, propiciado pelo governo Lula da Silva, foi fundamental para o Brasil e seus resultados positivos estão presentes, reproduzindo-se atualmente. Todavia, ele não foi capaz de resolver e amenizar alguns problemas sociais, como: a melhoria radical da saúde, da educação, da mobilidade urbana e, até mesmo da degradação humana, pois mesmo com empregos disponíveis há uma massa gigantesca de brasileiros que não conseguem se adaptar ao convívio social, como dependentes químicos (em especial os de *crack*, pois o número de usuários aumenta drasticamente), andarilhos, moradores de rua, entre outros.

dedicam às ciências, *id est*, os cientistas, que não existem legalmente enquanto profissionais no Brasil. Em muitas instituições privadas de ensino o professor e o cientista se tornam um vendedor de serviços educacionais, como ocorre com o EAD (Educação a Distância). Serviços que precisam se transformar rapidamente em recursos econômicos, tendo em vista que a visão acerca do aluno, por parte das instituições privadas, é a de que ele está fazendo um investimento, e todo investimento tem que retornar com ganhos superiores (lucro) aos outros tipos de investimentos, como mercado de ações, títulos públicos, entre outros.

Acrescenta-se, ainda, os fatos verificados pelas constantes agressões sofridas por esses profissionais nas instituições de ensino básico e superior e pela indisposição dos alunos em seguir a carreira de seus "mestres"⁸. Aliás, viralizou entre os discentes a expressão "estudar para quê", se qualquer outra profissão paga melhor e se estressa menos. Ainda temos a do ex-governador Geraldo Alckmin (atual Vice-Presidente da República) falando, em rede nacional, que professor de escola pública tem que trabalhar por vocação e se quiser ganhar dinheiro deve ir para a escola privada. Ele sabe muito bem que o salário do professor de instituição privada é regulado pelo da pública. Aumentando o salário do professor do ensino público os capitalistas do setor privado terão que fazer o mesmo com os dos seus professores, para não perderem bons profissionais. Esse fato é, inclusive, um dos motivos, entre tantos outros, para os governos manterem os baixos salários dos professores das instituições públicas.

⁸ Uma vez, um colega disse: nossos alunos, os das ciências humanas, nem sempre estão aqui porque querem, mas porque não tiveram escolha. Não foram preparados para um curso de medicina e de engenharia, ao contrário dos filhos das famílias com rendas mais elevadas. Não sobrou muita opção para eles, pois fazem parte da "classe média derrotada". Parece uma visão derrotista, mas na realidade sabemos que os acessos às melhores profissões são destinados aos mais preparados e, esse aprimoramento, custa muito caro (quanto custa um ano de cursinho no Energia, na LFG, entre outros?). Ou seja, há questões estruturais envolvidas, como o filtro do vestibular (mais concorrido para certas graduações, movimentando os caríssimos cursinhos pré-vestibulares) e da própria organização das associações profissionais, que propositalmente travam a ampliação de vagas e abertura de novas faculdades (caso clássico dos conselhos nacionais e regionais de medicina, que travam lutas contra o MEC, para restringir a validação de diplomas, a entrada de novos profissionais etc.). Assim, fazem com que esses cursos se tornem uma garantia de reprodução social das classes mais abastadas (uma forma para que seus filhos "deem certo" na vida "aconteça o que acontecer" com a economia nacional). Julgam que "a população merece bons médicos" (daí as restrições e reduzidas vagas e faculdades de medicina), mas é justamente a transformação dessa profissão em uma "máquina de ganhos garantidos", que faz com que ela atraia aqueles que não tem compromisso com a atividade. Não por acaso, o descaso com o paciente, os erros médicos e a violência médica contra o paciente, provem dessa classe média-alta. Ou seja, não significa que filhos de pessoas do segmento médio-baixo não consigam melhores posições na sociedade, mas esse número é reduzido, devido a esse conjunto de fatores.

O *lobby* (nome bonitinho usado atualmente é *advocacy*) do setor de educação privada é grande nesse sentido! Baixos salários e nível educacional, violência, péssimas infraestruturas nas escolas públicas e outros não é fruto do acaso, de poucos recursos e de falta de planejamento, afirmado pelos *coaches* da educação (uma parte já monetizados pelo *YouTube*, *Tiktok* etc.). Muito pelo contrário, é um projeto de Estado e de interesse de grandes capitais da educação, que sugam como um “funil” os recursos públicos para o setor privado, como ONGs, institutos e corporações da educação (Instituto Ayrton Senna, Kotron, Todos pela Educação e muito mais).

A sociedade brasileira, cada vez mais, está inserida em relações capitalistas, assim, ela objetiva ganhos financeiros e a formação massiva de corpos técnicos, sem conciliá-la à cultura e à educação política. Esse tipo de formação é um dos principais interesses das elites conservadoras. Isso é visível quando, mesmo com crescimento econômico, há permanência das desigualdades sociais amplamente expressas no âmbito regional. Ainda se agrava em momentos de crise econômica, com o aprofundamento de visões neofacistas e neonazistas associadas à pobreza e à baixa perspectiva de vida futura.

Todos esses aspectos redundam nos rankings internacionais de educação, nos quais o Brasil figura entre os últimos colocados, além dos constantes escândalos midiáticos envolvendo professores; más condições das escolas; desvios de verbas; desprezo dos políticos pela melhoria da educação; entre muitos outros. São esses pontos, portanto, os escolhidos para serem desenvolvidos neste artigo, que tem como finalidade alertar os leitores sobre os rumos da educação no Brasil, com destaque para o ensino universitário.

ABANDONO DA ATIVIDADE DOCENTE E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A atividade docente torna-se cada vez mais insalubre. A violência envolvendo alunos, professores e comunidade escolar/universitária é um dos elementos que reflete essa afirmação. Todavia, a mais significativa é o menosprezo com que ela é tratada pelo Estado que, historicamente, é formado por antigos profissionais da educação, entre eles, ministros, presidente e outros. No que se refere às contradições entre política e economia, que o Brasil

vivencia há séculos, está o fato de o presidente que mais se preocupou com a educação ter uma origem operária. Isso serve de lição para as elites conservadoras que viram seu "príncipe" (FHC) fracassar e o "sapo barbudo" (Lula da Silva) fazer um governo mais progressista. O príncipe dos intelectuais neoliberais, Fernando Henrique Cardoso, foi um dos mais ineficientes presidentes da história política e econômica do Brasil e ampliou o sucateamento da educação no Brasil, especialmente a de nível superior.

A sociedade pouco se preocupa com a valorização da atividade docente e as classes médias mais abastadas e a classe alta desestimulam seus filhos para a carreira de professor. Até mesmo o cargo de professor-pesquisador (Dedicação Exclusiva) numa universidade pública é visto com "maus olhos" por essas classes, principalmente quando comparadas às profissões mais elitizadas, como médicos, engenheiros, advogados, dentistas etc., todos esses profissionais, costumeiramente, chamados erroneamente pelos mais humildes, de "doutores", enquanto os verdadeiros doutores são, na maioria das vezes, professores e cientistas-professores. O fato é que essa expressão professor possui um cunho político fundamental para a transformação social.

Também a expansão e popularização da internet, das plataformas online e, sobretudo, *YouTube*, *Twitter*, *Tiktok*, *Instagram*, *ChatGPT* (um plágio inteligente, articulado ao "estilo Frankenstein" de obras que, em grande medida, possuem direitos autorais) e *Facebook* tem sido responsáveis por esse estigma, pois ao invés de democratizar o debate acadêmico a partir da universidade (embora, às vezes possa fazê-lo), na maioria das vezes tem enaltecido "estudiosos" autoproclamados "críticos" e até "marxistas" (autodeclarados), que por vezes desacreditam o trabalho da academia. Estes são exaltados como "sumidades" dentro de determinados assuntos, sem terem passado pelo crivo e crítica de intelectuais – isto é, os professores de verdade – de mesmo nível ou acima⁹.

⁹ Entre estes, há aqueles que são professores universitários que tem apostado nas *lives* e na monetização via *YouTube* como canal principal de comunicação com seus interlocutores, uma forma, também, de depreciação do professor, haja vista que ele não se coloca em interação e sob o crivo crítico de seus pares. A pandemia da Covid-19 permitiu a abertura das portas do circo dos horrores e facilitou aos mediocres visibilidade e ganhos financeiros inimagináveis. Outros são, inclusive, ligados a fundações e ONGs do imperialismo, a despeito da colocação supostamente esquerdista de suas *lives* e *podcasts*.

Outro ponto crucial é a questão salarial. Essa é a principal característica, além das infraestruturas, da precarização do trabalho. O salário de um profissional da educação, em qualquer nível, é vergonhoso para a sociedade brasileira, sendo um dos mais baixos do mundo. Ele é um dos fatores que torna nossa economia e nossa política atreladas às relações conservadoras e de dependência. A baixa distribuição quantitativa de educação, assim como sua má qualidade, interfere negativamente na competitividade brasileira frente ao centro do sistema capitalista e mantêm parte do controle da política e da economia nas mãos de grupos conservadores, rentistas e nada progressistas. Um exemplo é o que observamos com a cobertura do caso “mensalão”. Um julgamento que deveria ser sério, tornou-se um espetáculo midiático para a Rede Globo produzir uma cortina de fumaça e acobertar questões mais relevantes para o Brasil, como a CPI do Cachoeira, o mensalão do PSDB, os mensalões dos governos estaduais e das prefeituras e as investigações sobre os desvios do Banco Banestado, com um rombo equivalente a R\$ 60 bilhões, envolvendo muitos políticos de direita e narcotraficantes poderosos, além de relações com o judiciário (há um personagem e um ex-juiz que são figuras conhecidas tanto do escândalo do Banestado quanto da Lava Jato, ou seja, o doleiro Alberto Youssef e o ex-juiz e senador Sérgio Moro).

O mais importante é que todas essas ações midiáticas e programas voluntários, como Criança na Escola, Criança Esperança, Todos pela Educação etc. despistam a atenção da população para uma verdadeira reforma da educação brasileira. Transformações que possam romper com padrões neoliberais impostos para a periferia do sistema capitalista, ou seja, nós, brasileiros também. Nesse mesmo sentido – e contrariamente à necessidade de reformas progressistas –, se enaltecem modificações “cosméticas” na educação (básica e superior), associadas a mudanças programáticas nos currículos, conteúdos, métodos pedagógicos etc. (que, inclusive, podem ser deletérias, piorando o que já é ruim), que em nada alteram as condições materiais nas quais se dá o ensino e a pesquisa. Uma reforma na educação superior hoje – tanto pelas condições internas das universidades quanto pelo governo e pelos políticos legisladores – não tem a menor condição de melhorar o que existe. É triste afirmar isso, entretantes, é uma realidade.

Entre outros exemplos, podemos mencionar a nova BNCC e o “Novo” Ensino Médio na educação básica, mas também movimentos que vão se dando em cursos de licenciatura do ensino superior. É notório o interesse de institutos empresariais, fundações ligadas ao setor financeiro e ONGs nessas mudanças, enquanto nada se fala sobre o que realmente importa: fazer avançar/aprofundar o Plano Nacional de Educação (PNE), que, de fato, deve planejar e adequar a oferta de educação em termos infraestruturais (quantitativos e qualitativos) e de serviço.

Entre outras metas, o PNE visava ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência da Lei do PNE (L13055/2014) e, como mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. No entanto, em 2021 (oitavo ano do decênio inaugurado com a promulgação da lei), chegou-se a apenas 4% do PIB (OCDE, 2021), mostrando, inclusive, estagnação em relação aos anos anteriores. Vale lembrar que no período de vigência da PEC 95 (“teto de gastos”), desde 2016, a educação perdeu R\$ 74 bilhões, uma trava no avanço da PNE. Outro dado nos mostra que cerca de 86% das metas do PNE ou tem sido descumprida ou sofreram graves retrocessos (EXTRACLASSE, 2022).

No ensino superior também se observam recuos preocupantes, como, por exemplo, uma normalização quase absoluta dentro dos departamentos em relação aos cursos EAD (Ensino a Distância). Eles são ministrados em paralelo aos cursos presenciais, inclusive, com bolsas para os professores ministrantes, que funcionam como “penduricalhos” aos seus salários, ou seja, mais fácil do que lutar coletivamente por recomposição salarial e ampliação de bolsas de produtividade em pesquisa. Noutros termos, vem ocorrendo, silenciosamente (e propositalmente), certo estímulo velado à desidratação da pesquisa dentro das universidades públicas brasileiras, o que também fica evidente com a Curricularização da Extensão.

Essas determinações são convergentes ao desinteresse e à desvalorização da profissão de professor pelos jovens, por expressiva parte dos políticos e pela sociedade em geral. Além disso, observa-se que o ensino em escolas, faculdades e universidades,

sobretudo as privadas, vem aprofundando seu caráter tecnicista e acrítico, haja vista a necessidade, por parte das classes médias e altas – em face da crise geral capitalista, associada à financeirização – de reforço da identidade de classe de seus alunos, afastando-os das pautas da classe trabalhadora¹⁰. Outro aspecto convergente ao reforço da alienação política com relação à realidade objetiva é a crescente abordagem identitária¹¹ e “decolonial” dentro das escolas – uma pseudociência – , disseminada na universidade (especialmente nos cursos de licenciatura) e cuja lógica é justamente embrutecer e dessensibilizar as classes médias que compõem a universidade brasileira, com relação aos grandes problemas concretos dessa sociedade, cujo melhor encaminhamento passa necessariamente pelo atendimento dos reclames materiais da classe trabalhadora¹².

Para as instituições privadas, para muitos especialistas em educação e para a imprensa neoliberal, o que classifica o processo de ensino-aprendizagem em qualificado ou não é principalmente o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), como, por exemplo, os defensores ferrenhos dos cursos EAD (Educação a Distância) no país (grupos

¹⁰ O fato é que, quando há acirramento da luta entre as classes fundamentais do capitalismo (classe trabalhadora e capitalistas), elementos intelectualizados provenientes das classes não fundamentais (como é o caso das camadas médias, formadas por funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos empresários etc.) podem ser “arrastados” a participar dessas lutas. Assim, da mesma forma como o extremismo de direita cria as ideologias para arrastar parte desse segmento médio para a direita (evitando que optem por ajudar a classe trabalhadora), a existência de grupos politicamente conscientes entre as classes médias é algo positivo para a classe trabalhadora. Muitos, historicamente, tornaram-se lideranças condutoras e catalisadoras do movimento operário.

¹¹ As pautas identitárias são consideradas válidas e uma forma importante de luta de classes. Entretanto, a fragmentação da luta, seu caráter elitista e, até certo ponto, excludente servem, em grande medida, aos interesses imperialistas. O identitarismo torna-se uma disputa por “guetos”, de cancelamentos e, cada vez mais, volta-se aos interesses de uma classe média elitista e desconectada dos anseios das classes populares. Somado ao modismo dos brandos princípios do trato “decolonial”, ambos se tornam elementos de dissuasão, de negação e de perseguição aos preceitos marxistas.

¹² Um dos aspectos mais nefastos dessa pseudociência é a perda de empatia que ela provoca nas classes médias, com relação a certos grupos e indivíduos da classe trabalhadora que, em função da vida difícil e da impossibilidade de um salto material, acabaram por manter, nos costumes, comportamentos que já não fazem parte do nível civilizacional das sociedades industriais modernas. O identitarismo cria, portanto, fraturas na classe trabalhadora e entre esta e a classe média. O caráter burguês e autoritário do identitarismo é visível na abordagem “legalista” do problema, na punição (mediante pressão por novas leis) “do a quem doer” daqueles que destoam de seu pensamento único, ao invés de recorrerem à instrução progressiva e ao debate democrático sobre esses temas. Ademais, a luta de classes e o desenvolvimento nacional são colocados como sendo um problema secundário, ignorando que somente a melhoria significativa das condições materiais de existência é capaz de liberar negros, mulheres e homossexuais das opressões que sofrem no cotidiano. Por exemplo, pela ampliação de sua mobilidade residencial (política habitacional associada a um aumento de emprego e da renda), entre outras, haja vista que parte dessas opressões tem um *locus* espacial (a família, o cônjuge, o bairro, o empregador etc.).

educacionais privados, imprensa neoliberal, empresários, consultores etc.). Não devemos depreciar ou desconsiderar que essas tecnologias podem ser incorporadas na educação como auxiliares e/ou em certas especificidades e emergências, mas esse “modismo” não é a “salvação da educação”, como muitos afirmam. Como geógrafos temos que incentivar e impulsionar a diversidade regional das instituições públicas de ensino. A dispersão/desconcentração regional bem planejada e executada substitui eficientemente boa parte do sistema de EAD.

As leituras, as disciplinas e as análises críticas são importantes para a compreensão da realidade objetiva em sua essência, principalmente em um país periférico e desigual como o Brasil. Ademais, as interações – incluindo aquelas existentes no ambiente educacional – são basilares para promover mudanças, mais ou menos intensas, na sociedade. No ensino superior público, essas interações são potencializadas não apenas em sala de aula, mas também nos grupos de pesquisa (orientações, debates de textos, conversas e outros), nas publicações (artigos científicos, capítulos de livros, livros, publicações em conjunto etc.), nas atividades de pesquisa (compartilhamento de leituras e conhecimentos, trabalhos de campo etc.) e na extensão (organização e realização de eventos científicos, entre outros).

Vale ressaltar que todas essas ações – e interações – dependem de um aporte de infraestruturas físicas específicas, a “fundo perdido”, inadmissíveis dentro da lógica neoliberal e seus agentes. O projeto neoliberal (propalado por organizações como OCDE, UNICEF, UNESCO etc.) para a educação, pauta-se justamente sobre o emprego das TICs como panaceia; a “culpabilização do professor pelo fracasso discente”; a centralidade das mudanças nos currículos escolares e nas teorias pedagógicas etc., colocando-se em linha com o projeto do capital financeiro internacional para os Estados nacionais, isto é, reduzir ao máximo os “gastos” dos Estados com sua população.

Para o caso brasileiro, vale lembrar da abordagem de Paulo Renato de Souza, Ministro de FHC, baseada em estudos encomendados por agências internacionais, apregoando com viés de teorização, que o problema da educação em geral não é o de investimento, mas de

organização da burocracia, do currículo, da formação do professor, da “forma” pedagógica escolhida etc. De modo convergente a essas ideias, se propalou por muito tempo, abordagens equivocadas, como aquelas que diziam ser fundamentais apenas os “investimentos no ensino infantil e dos primeiros anos escolares”, uma falácia em termos científicos e na realidade objetiva.

Embora consideremos como central as condições infraestruturais e de serviços de educação (o investimento público) – o que inclui as condições de vida e trabalho do professor –, vale uma palavra sobre a propagação (desigual) das diferentes teorias pedagógicas dentro dos sistemas educacionais, sendo que algumas delas são impulsionadas em detrimento de outras, com certas intencionalidades.

Nesse sentido, destaca-se Liev Vigotski¹³, que utilizou o materialismo histórico e dialético como base para as suas teorias, com proeminência às interações sociais no processo educacional. Foi criador e proponente da Psicologia Histórico-Cultural, que valoriza as interações existentes entre o homem (indivíduo) e a sociedade. As interações que cada pessoa estabelece com determinado ambiente (incluindo o social) gera, inequivocamente, resultados recíprocos em ambos (VIGOTSKI, 2003; RAAD, 2016).

Para Vigotski, a constituição e o desenvolvimento do indivíduo ocorrem a partir da interação com o meio social, e sua teoria é denominada de Socioconstrutivista ou Sociointeracionista. Essa relação apresenta-se como uma unidade dialética, ou seja, cada pessoa internaliza (absorve) as características culturais, linguísticas, de comportamento etc., mas também as modificam ao longo do tempo. Isso está relacionado às mudanças constantes na sociedade e na realidade objetiva (VIGOTSKI, 2003; RAAD, 2016).

Vigotski foi relevante para o desenvolvimento, principalmente, da Psicologia e da Pedagogia na União Soviética, e influenciou o processo de ensino-aprendizagem em muitos

¹³ O psicólogo bielorrusso Liev Semionovich Vigotski (1896-1934), apesar do pouco tempo de vida (morreu com apenas 37 anos), deixou uma obra de qualidade. Vivenciou momentos políticos muito diferentes, que influenciaram os seus pensamentos, estudos e trabalhos. Nascido sob o regime czarista, Vigotski acompanhou os acontecimentos que levaram à Revolução Russa, de 1917. Foi influenciado, entre outros, por Karl Marx e Friedrich Engels, e influenciou, por exemplo, o filósofo marxista soviético Evald Ilienkov.

países. Apesar da sua importância, esse autor é pouco utilizado e discutido nos cursos de licenciatura do Brasil, como na Geografia, na História e na própria Pedagogia. Por um lado, há, equivocadamente, uma sobrevalorização do estágio (com cargas horárias elevadas) e, por outro, um contemto das leituras marxistas. Outrossim, Vigotski incorporou e estabeleceu diálogo com a teoria marxista, especialmente com Friedrich Engels sobre o trabalho humano e o uso de instrumentos pelos quais o homem transforma a natureza. Utilizou também as contribuições de Karl Marx a respeito da influência das mudanças históricas da sociedade e da vida material na consciência e no comportamento humano (VIGOTSKI, 2003; RAAD, 2016).

No materialismo histórico e dialético, a interação é inerente ao espaço, à matéria (ao todo) e às partes (formações materiais particulares). A interação produz consequências nos indivíduos, nos objetos e no meio ambiente, podendo ser mais ou menos intensa. Os processos históricos são decorrentes das interações sociais e da práxis humana, podendo ser ou não revolucionários dependendo das condições existentes. A interação entre duas ou mais formações materiais gera influências recíprocas em todas elas (CHEPTULIN, 1982).

As interações possuem, em essência, um caráter transformador. O desenvolvimento – para o materialismo histórico e dialético – representa uma transformação que conduz as formações materiais a um estágio superior. Segundo Vigotski, a interação, que se caracteriza pela reciprocidade, é o principal “motor” da formação dos indivíduos. Os fenômenos podem ou não entrar em interação (caráter contingente), mas ao entrarem, haverá necessariamente uma mudança (um resultado novo). A interação conduz à transformação dos corpos/objetos, assim como ao aparecimento de novos fenômenos e à passagem de um estado qualitativo a outro (desenvolvimento) (CHEPTULIN, 1982).

Diferentemente das ideias e concepções identitárias que, em geral, são fragmentadas e desconsideram processos mais amplos e complexos, a cultura está relacionada, entre outros aspectos, às formas de produção desenvolvidas pelo homem ao longo do tempo, às instituições (incluindo as ligadas ao Estado), às interações sociais e às interações do homem com o meio (interações espaciais). A cultura, portanto, é concernente ao complexo de

atividades realizadas pela sociedade. Dessa maneira, nas análises, nos estudos e nas pesquisas sobre a cultura e a sociedade, é relevante considerar os conceitos marxistas de luta de classes, classe trabalhadora, desigualdade, interação e outros.

Vale inclusive um comentário acerca das teorias pedagógicas que vem se solidificando na academia (cursos de licenciatura) e no cotidiano das escolas, em termos de preferência, entre professores universitários e professores do ensino básico, em face de outras, que vem sendo esquecidas. Por exemplo, ao mesmo tempo em que se observa uma defesa superficial da “Pedagogia da Libertação” de Paulo Freire¹⁴ – pois esta oferece as ferramentas discursivas necessárias à atividade educativa em contextos degradados, onde há defasagens graves nos alunos, como cursos de Ensino de Jovens e Adultos, escolas rurais etc. –, por outro lado, se tem esquecido de um aspecto essencial: a importância da democratização dos conteúdos clássicos (monopolizados pelas classes superiores) e da centralidade da escola e do professor – e, por isso, a necessidade de investimento tanto na infraestrutura escolar/universitária, quanto no professor! Nesse sentido, destaca-se a Pedagogia Histórico-Crítica, cujas raízes remontam diretamente ao marxismo.

Entre outras questões, essa era uma questão central nos países socialistas: oferecer à classe trabalhadora o mesmo conhecimento do estado da arte que era oferecido aos mais abastados, isto é, os conteúdos clássicos. Entendemos por clássicos, aqueles conhecimentos fundamentais e cuja validade transcende o momento de sua criação e difusão,

¹⁴ Se tem defendido, de modo panfletário, apenas parte de suas ideias, fazendo tábula rasa de críticas que o próprio Freire efetuou às políticas públicas de educação e sua infraestrutura, como se vê, por exemplo, em “Política e Educação” (2018). Suas ideias têm sofrido sistemáticos ataques da extrema-direita, sobretudo durante o Governo Bolsonaro. Por outro lado, um aspecto preocupante é que se pode fazer um uso neoliberal de parte delas, tal como se fez no passado, com as ideias de Vigotski. A “Pedagogia da Libertação” centra-se no “saber do povo” e na “autonomia de suas organizações”, enaltecendo “uma educação autônoma”, inclusive, em muitos casos, em relação à estrutura escolar, onde cravou a máxima do “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, *apud* SAVIANI, 2021). Essa abordagem deriva dos movimentos sociais do campo, em face a contextos de ausência de serviços escolares, bem como defasagens muito grandes no desenvolvimento cognitivo dos indivíduos (baixa estima, muitos anos sem estudar, analfabetismo etc.). Contudo, isolada da totalidade de suas ideias, tais posições, “pinçadas” por oportunistas, podem alimentar o campo da direita neoliberal identitária, no sentido de justificar a “austeridade neoliberal”, relacionada à necessidade de infraestrutura escolar, por exemplo. É nesse sentido que, para Saviani (2021), há dissensos, mas também convergências e complementaridades entre a “Pedagogia da Libertação”, baseada na Teologia da Libertação e a “Pedagogia Histórico-Crítica”, que tem uma relação mais direta com o marxismo e remarca a importância da escola (infraestrutura), do professor e dos conteúdos clássicos. Fazer a crítica dentro no nosso próprio campo não pode ser um “tabu”, como querem alguns.

independentemente da época histórica em que foi desenvolvido (SAVIANI, 2011 apud PASTORIZA; CAIADO, 2016). De todos os modos, sempre possui uma “atualidade”, no sentido de que gerações após gerações veem a necessidade de a eles recorrer (reler/reinterpretar/retomar ou mesmo criticar) para buscar abstrações complexas para problemas candentes.

Nota-se que os “neoliberais da educação” (juntamente com os “estudiosos” decoloniais) recorrentemente tacham de “conteudista” essa abordagem, assim como de “eurocêntricos” o universo dos conteúdos clássicos. Sua justificativa de eurocentrismo é uma grande falácia, pois eles passam longe de valorizar os conhecimentos produzidos nos países socialistas e anti-imperialistas, como Vietnã, China, Rússia, Coreia do Norte e até mesmo a Índia. Ou seja, é preciso oportunizar aos alunos, provenientes de camadas mais pobres da população, um contato com aquilo que a humanidade criou de melhor, de mais consistente, na longa duração e que é monopolizado pelas elites. Esse é um dos objetivos primordiais das pedagogias marxistas.

Em linha com essas ideias, o também “esquecido” Vigotski, destaca o professor como impulsionador e planejador do desenvolvimento psíquico das pessoas e, mais precisamente, dos estudantes, o que põe em destaque o ambiente e as condições de trabalho desse professor, bem como o contexto socioeconômico e cultural no qual ele se insere. Um dos conceitos fundamentais desse autor, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), remete ao planejamento dos “saltos” em cada estrutura cognitiva particular (ou seja, a mente da criança, do jovem e do adulto, que é construída socialmente de modo desigual) e identificar essa possibilidade de salto é tarefa do professor. Para tanto, urge condições para um tratamento individualizado, “caso a caso”, de cada aluno, o que só é possível com redução de carga horária e aumento salarial, para que o professor não necessite buscar mais aulas, em diferentes escolas, para sobreviver; menor quantidade de estudantes em sala de aula (o que favorece interações de qualidade entre os discentes e entre os alunos e o professor); e ampliação da infraestrutura escolar em geral (mais salas de aula e contratação de mais professores). Essa abordagem, das interações planejadas, contrasta com o *laissez-faire*

interacionista¹⁵, elegido como panacea pelos “projetistas neoliberais da educação” e demanda, portanto, importantes investimentos nos serviços e infraestruturas escolares.

Todavia, esse desenvolvimento psíquico e cognitivo não significa necessariamente passar para os discentes uma grande quantidade de conteúdos técnicos, mas sim, que os alunos sejam estimulados a pensar e refletir (VIGOTSKI, 2003; RAAD, 2016). Apesar da sua contribuição, ainda é limitada a incorporação da teoria de Vigotski nas escolas, faculdades e universidades brasileiras, existindo, muitas vezes, a presença de concepções conservadoras, resistências ao pensamento crítico/reflexivo, forte influência das ideias identitárias e desvalorização do docente dentro e fora do ambiente educacional.

CRESCIMENTO ECONÔMICO SEM VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: UM “TIRO NO PÉ” DAS FUTURAS GERAÇÕES

O governo Lula da Silva iniciou um grande programa de inclusão social e aumento de vagas no ensino técnico de nível médio e superior. Mas, a priori, não se ampliou a formação de um “espírito” crítico, pois a preocupação básica foi incluir socialmente mediante a geração de renda, sem deixar de atender as demandas corporativas pela busca de mão de obra especializada¹⁶. O custo social já é, mas será mais visível nas futuras gerações, pois há/haverá uma nova elite econômica no país com pouca formação política (nas escolas, nas universidades e muito menos pelos meios de comunicações de massa). Ela será capaz de poucas transformações na base estrutural da pirâmide societária brasileira, ou

¹⁵ É importante lembrar que, dado o prestígio da obra de Vigotski durante e depois da existência da URSS, surgiram traduções anglo-saxãs do russo, disseminadas mundo afora, que aviltavam sua obra, isto é, retiravam dela os aspectos mais críticos e alicerçados no materialismo histórico e dialético, como o planejamento das interações sob orientação e cuidado do professor. Nessas versões vulgares de sua obra, constava apenas a alusão a uma prática interacionista que, por si só, seria capaz, “como num passe de mágica”, promover aprendizagens (DUARTE, 2001).

¹⁶ Algo incongruente se pensarmos o PT como um partido de esquerda. A lógica seria a formação de uma massa crítica, capaz de pensar o país e escolher melhor seus governantes. Ao invés disso, o bloco governista preferiu apoio político via somente a melhora de renda da população. Só que essa escolha é perigosa, traiçoeira, pois diante de uma crise econômica internacional, nacional e golpe das elites conservadoras, juntamente com a mídia, a população tende a ficar estática e apoiar falsas esperanças e um golpe de Estado. Não é por acaso que estamos vivenciando essa tentativa, no momento, com aparato do Supremo Tribunal Federal.

seja, mudanças, inclusive, políticas que estejam além da sua classe e que são necessárias para a diminuição das desigualdades sociais.

Falamos isso, quando visualizamos os novos cursos e campi criados pelo programa REUNI. Apesar da sua importância, eles foram concebidos sem infraestruturas físicas e de pessoal. Todavia, o pior é que esses cursos são construções estritamente técnicas. Cursos de Geologia, Oceanografia, Engenharias etc., criados na UFSC, por exemplo, não têm na sua grade disciplinas importantes para a formação crítica, como Geografia Econômica, Geopolítica, Filosofia, Economia Política, Economia Brasileira, Geografia Política e Sociologia. Estamos formando geólogos que são mão de obra para Petrobrás e suas contratadas sem nenhum conhecimento da Geopolítica do Petróleo e dos Recursos Naturais, entre outros, os quais seriam importantes justamente para a proteção da Petrobrás (contra a sanha do capital financeiro internacional) e sua ampliação, na forma de uma grande cadeia produtiva de petróleo e gás. O resultado negativo já é presente, pois os *royalties* do Pré-Sal para educação e saúde foram surrupados com o aval do governo, do Congresso Nacional e da sociedade. Iremos formar ambientalistas românticos, sem formação crítica suficiente para superar as análises da microescala ambiental e perceber que a pior degradação ambiental está na degradação da sociedade, do homem e da posição que temos na sociedade de classes e que as soluções passam pela economia e pela política. Não estamos declarando que essas pessoas estão condenadas à ignorância, mas a superação dos piores problemas que enfrentamos hoje passa, entre outras coisas, por uma consciência de classe, que deve estar presente nas universidades, na educação e nos homens de Estado, planejadores e realizadores de políticas públicas. O intelectual “pós-moderno”, um sujeito que virou as costas para a luta de classes, é inicialmente um ideólogo (como tratava Karl Marx – um desiludido que acha que está fazendo o bem e na verdade é o contrário) ou um mercador dos tempos “modernos”. A superação da ignorância política e humanista pode chegar até o indivíduo de forma mais isolada, mediante a ação de um professor mais crítico, pela busca individual do aluno e no seio familiar, entretanto, isso pode ser (e tem sido) cada vez mais difícil de se conceber.

Também é fácil considerar o enfraquecimento recente dos movimentos sociais e organizações sindicais que, em muitos casos, foram cooptados pelo Estado e execrados pela mídia, como o MST e a CUT. O pouco apoio na última greve dos Professores Federais mostrou o enfraquecimento do movimento e um caráter intransigente por parte da Presidenta da República Dilma Rousseff e de seu Ministro da Educação, Aloysio Mercadante. Ambos, símbolos da luta contra a repressão nas décadas passadas repetiram, com menor intensidade, a trajetória de Fernando Henrique Cardoso, que negou sua biografia acadêmica e traiu/trai constantemente seus eleitores, a fim de atender os interesses do “dito mercado”. Foi comum o relato dos sindicalistas indicando um tratamento esquivo e autoritário por parte da Presidenta e do Ministro, na figura de seus representantes nas negociações salariais. Desfechos como esses ampliam a desvalorização dos profissionais da educação, com apoio da grande mídia sensacionalista nacional, representada, em grande parte, pela Rede Globo. Os professores e pesquisadores federais saíram da greve de 2012 humilhados e desmotivados, além de desvalorizados pela sociedade. Foram postos como arruaceiros e preguiçosos, portanto, com salários compatíveis com suas medíocres atividades. Fato que inclusive refletiu na baixa atuação dos mesmos na resistência ao Golpe de Estado de 2016. Por outro lado, nada de santidade possuem os professores, especificamente quando a Presidenta Dilma Rousseff lutou bravamente pela manutenção dos *royalties* para educação e saúde, pois suas representações (sindicatos) ficaram assistindo de camarote o desmonte destas medidas pelo Congresso Nacional.

A própria classe docente está dividida entre os idealistas-radicais, os governistas e direitistas-neoliberais, uma esquerda desmotivada, além de uma elite universitária que pouco se interessa pelas grandes lutas de classe, pois não dependem dos salários que recebem como docentes-pesquisadores. Muitos têm seus maiores ganhos econômicos obtidos em consultorias, bolsas que não expressam produtividade científica, cargos administrativos de alto escalão, como sócios-capitalistas, investidores, entre outros. Estes são, na verdade “pequenos empresários da educação”, como se tivessem (e realmente possuem) CNPJ. Essa situação desmerece a classe e enfraquece um movimento nacional de

mudança e melhoria da educação superior. Uma greve, por melhores salários, não interessa aos “pequenos empresários da educação”, pois laboratórios, equipamentos e mão de obra barata ou remunerada discente ficarão indisponíveis para seus ganhos pessoais. O ideal é que a fonte de remuneração tenha uma só origem, ou seja, o Estado, mesmo que o pesquisador desenvolva tecnologias, patentes e serviços para iniciativa privada, para o setor público e para as empresas estatais. A inovação técnica e organizacional é um bem público e seus ganhos devem ser compartilhados coletivamente. Portanto, não deve haver diferença entre o papel de conscientizador social e político e aquele ligado às funções empreendedoras, numa sociedade que busca justiça de classe. A única diferença, numa sociedade “capitalista mais justa” (ilusão clássica da esquerda dita “Nutella” e “cirandeira”, sem luta de classes e avessa ao marxismo), deveria estar na experiência, no tempo de serviço e no retorno social do trabalho.

CONHECIMENTO TECNICISTA *VERSUS* CONSCIÊNCIA CRÍTICA: QUAL É O PAPEL DO ESTADO?

Um Estado controlado pela classe trabalhadora tem por obrigação a implantação de políticas prepositivas quanto à educação, saúde, diminuição das desigualdades, entre outras. Contudo, a classe trabalhadora, por meio do Governo Lula da Silva, chega ao poder enfraquecida, pactuada com diversas outras classes de interesses diversos (rentistas, especuladores etc.), com seus representantes políticos servindo às corporações internacionais e aos seguimentos altos da sociedade brasileira. Para mostrar essa subserviência, eles começaram a programar reformas previdenciárias¹⁷ que afetam os professores, pois os setores militar e judiciário, considerados elites entre as profissões de Estado, foram poupados dessas reformas, tiveram seus salários aumentados constantemente e receberam uma série de auxílios (mudança, alimentação, transportes etc.), que estão longe tanto no valor quanto na quantidade da classe da educação. Esse é um fato

¹⁷ O Ministro Ricardo Berzoini, sindicalista, foi um dos grandes responsáveis pela Reforma da Previdência no início do governo Lula da Silva. Uma reforma que posicionou os professores numa situação ainda mais subalterna em relação aos outros cargos públicos, ou seja, intensificou a desvalorização da docência universitária federal.

que mostra como é tratada a educação no Brasil, mesmo num governo progressista, apesar das evidentes melhorias.

A expansão do ensino universitário no Brasil, na nossa perspectiva, só tem estes pontos positivos: a qualificação profissional e a inclusão social pelo aumento da renda (mais em quantidade que em qualidade). Como consequência, essas políticas tiraram muitas famílias do estado de pobreza e miséria. Mas, por outro lado, há pouca alteração nas desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres, além de se perder de vista a formação de uma elite trabalhadora intelectualizada e crítica na busca pelo socialismo. Os movimentos sociais se enfraqueceram e foram cooptados por intermédio das atividades de Estado.

Assim, um Estado com maior participação popular tem por obrigação desenvolver a educação e apostar nela como saída para as crises econômicas, sociais e políticas. Países, como a Coreia do Sul, são exemplos disso, pois muitos deles, na década de 1970, estavam em condições sociais e econômicas piores que a do Brasil e, hoje, são exemplos para o mundo. Eles não necessariamente tomaram a via socialista, mas encontraram um equilíbrio entre os interesses nacionais e os estrangeiros, entre o público e o privado, ou seja, optaram por um Estado regulador e capaz de equilibrar conflitos, mas sempre privilegiando o bem nacional ao invés de serem subservientes às ambições neoliberais exteriores ao seu território, como o Brasil nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, mais recentemente, a Coreia do Sul, com um grande *boom* econômico, deixou de ter somente interesse geopolítico do imperialismo e tornou-se também alvo da geoeconomia imperialista. Isso levou às interferências do imperialismo nas eleições da Coreia do Sul e nas suas grandes empresas (espionagem industrial, *lawfare*, concorrência desleal e outros).

Entre 2016 e 2022, o Brasil foi marcado por grandes retrocessos em diversos aspectos (político, institucional, econômico, social, ambiental, perda de direitos trabalhistas, corte de gastos/investimentos, impeachment/golpe etc.). Nesse contexto, a educação não ficou de fora, isto é, houve um processo de involução que afetou/afeta os estudantes e, de uma maneira geral, a sociedade brasileira. A Lei da Escola Livre – aprovada no estado de Alagoas

em 2016 – é um exemplo desse declínio, visto que estabeleceu uma “ditadura na educação”. Essa lei é baseada nas ideias disseminadas, principalmente, pelo movimento Escola sem Partido (ESP) e sob influência dos grupos políticos de extrema direita. Todavia, não vamos nos enganar, muitos da esquerda denominada “Nutella” (termo pejorativo) são defensores da maioria das medidas do Novo Ensino Médio e da Escola sem Partido, especificamente porque sustentou algo que eles realizam há muito tempo, ou seja, a perseguição aos marxistas.

Um outro lado dessa moeda são as Escolas Militarizadas, as quais vem ganhando adeptos dentro do próprio professorado e de pais de alunos. Esse fenômeno põe em destaque a importância de se fortalecerem os cursos de licenciatura presenciais e públicos, nos quais há o debate democrático dentro de seus colegiados, possibilitando ao seu aluno uma visão ampla do problema. O fato é que professores do ensino básico, de formação frágil e pouco crítica, têm sido seduzidos pelas promessas de “disciplina rígida” (os gestores são policiais militares, os quais cuidam da disciplina) e “facilidade para trabalharem”, nessas escolas¹⁸. No entanto, o fenômeno mais comum tem sido o da ampliação da evasão escolar, haja vista o temor dos alunos concernente à rigidez disciplinar (assédio sexual e moral, estupros e uma série de violências são constatadas e divulgadas pela imprensa). É preciso lembrar que essa proposta opera e em nada modifica o quadro neoliberal. Nada muda em termos de infraestrutura, serviço e melhores condições para a carreira do professor.

Inserido em um contexto de recrudescimento do conservadorismo e dos movimentos/grupos fascistas, um dos principais alvos de ataques do governo de Jair Bolsonaro foi a educação. Isso foi agudizado com as nomeações de Ministros da Educação que explicitamente apoiavam o movimento ESP e atacavam frequentemente a chamada “doutrinação de esquerda nas escolas e universidades”. Nesse sentido, a Lei da Escola Livre determinou/impôs: a) a existência de escolas alienantes; b) a censura e a restrição de conteúdos e conhecimentos que estimulam a reflexão e a crítica dos estudantes; c) os

¹⁸ Tem se aprofundado em estados como Roraima e Paraná.

professores foram proibidos de participarem e/ou estimularem os alunos a comparecerem em manifestações, atos públicos e ações de cunho político, mais precisamente, daqueles tidos como “ideológicos de esquerda”; e d) a punição dos docentes como forma de coagir e censurá-los dentro e fora das escolas, dessa maneira, foram obrigados a manterem “neutralidade” em sala de aula e impedidos de se posicionarem em assuntos políticos, religiosos e ideológicos, sob pena de demissão do cargo. Fato que se agrava quando governos estaduais, como no Maranhão, adotam planos salariais e uma publicidade que ludibria a categoria docente. O plano para a educação de Flávio Dino (no Maranhão), classificado como de esquerda, não foi muito diferente do bolsonarista Carlos Moisés, em Santa Catarina.

Depreciar a educação e o ensino público no Brasil foi um dos principais objetivos dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Desprestigiar a educação e o pensamento crítico corrobora os interesses elitistas e fortalece o conservadorismo, o neoliberalismo e o imperialismo no Brasil, com reverberações negativas na economia, na sociedade, na soberania nacional e outros. Estrategicamente, no Brasil, o sucateamento de escolas e universidades públicas, a limitação de investimentos na educação (livros didáticos, merenda escolar, pagamento de servidores, infraestrutura, computadores, materiais diversos, bibliotecas, áreas esportivas etc.), os cortes de recursos, as cargas excessivas de trabalho dos professores, a desvalorização da carreira e do labor docente, os baixos salários, o desprezo pela pesquisa científica e pela ciência e tecnologia (C&T), entre outros, são formas de intensificar as desigualdades socioeconômicas no país.

Soma-se ainda, os níveis elevados de violência nas escolas e universidades brasileiras, principalmente contra os docentes (moral, física, psicológica etc.). Vale ressaltar que as ações de violência e ódio em relação aos professores foi/é estimulada e disseminada por muitos políticos, empresários e grupos fascistas no Brasil. Um exemplo disso são os grupos de *Whatsapp* que pregam a agressão e a intimidação contra os docentes e contam com a participação de alunos de escolas e universidades públicas e privadas do país. O assédio

moral que os professores sofrem é constante e são impetrados pelo Estado, pelos gestores (chefes de departamentos e cursos e diretores de escolas), pelos alunos e seus pais.

O planejamento em educação durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff contemplou as pessoas de baixa renda, porém, ao mesmo tempo fortaleceu o capital privado que atua no setor educacional (escolas, faculdades e universidades privadas, elaboração de materiais didáticos, empresas de consultoria em educação etc.). Por meio de parcerias com o governo federal e com os governos estaduais, esses capitais conseguiram muitos contratos e vantagens, como empréstimos, divisão de custos, dívidas “perdoadas” e outros. As Fundações de Pesquisas Estaduais (FAPs) – que recebem uma parte de suas verbas do governo federal via CNPq – direcionam uma parcela das bolsas, dos recursos para pesquisas e outros, para empresas, universidades privadas, fundações, institutos e as consagradas comunitárias.

Houve, por um lado, uma importante expansão das instituições públicas de ensino (escolas, universidades e institutos federais) e, por outro, um grande crescimento do capital privado (nacional e estrangeiro) no setor educacional no país. Ademais, nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff houve uma ampliação do ensino técnico nos níveis médio e superior, com o objetivo de atender as demandas do capital, no entanto, essa formação estritamente tecnicista e profissionalizante é desprovida de capacidade crítica e, portanto, incapaz de pensar o Brasil, o mundo e suas contradições.

De acordo com os dados do Censo Escolar, em 2009, havia 35.685 escolas particulares no Brasil e, em 2019, um total de 41.434. No mesmo período, as matrículas aumentaram de 7,3 milhões para 9,1 milhões. Ademais, houve uma expressiva ampliação dos cursos EAD (Educação a Distância) em universidades públicas e particulares no Brasil, principalmente nas licenciaturas. Considerando os cursos de graduação EAD no Brasil, em 2009, tinham 1.000 e, em 2019, aumentou para 4.529. No que se refere aos estudantes matriculados em cursos EAD no mesmo período (graduação e pós-graduação), o total passou de 332.469 para 1,5 milhão (MORAES; ARAÚJO, 2021). Em relação ao grande capital privado que atua na

educação brasileira (em seus diferentes níveis), destaca-se a Cogna Educação, com forte participação especialmente no ensino superior¹⁹.

Em relação à Reforma do Ensino Médio, é um retrocesso que nega aos estudantes o direito de acesso ao conhecimento historicamente acumulado e de domínio da elite, notadamente no caso do Brasil. O objetivo central dessa Reforma é reproduzir as desigualdades, a pobreza e a exclusão social no país (FIOCRUZ, 2019). Ela faz parte da estratégia dos grupos conservadores, elitistas e fascistas de enfraquecer as análises críticas, os movimentos sociais e a esquerda no país, além de fortalecer os partidos neoliberais e reacionários. Essa Reforma faz parte de um contexto maior marcado pelo impeachment/golpe de 2016 e pelo avanço do neoliberalismo no Brasil. Por um lado, a Reforma do Ensino Médio foi/é contestada/criticada por muitos professores e estudantes, sobretudo de escolas públicas, mas, por outro, infelizmente muitos docentes e alunos não se posicionaram/posicionam contrários à reforma ou são apoiadores dessa mudança.

Vários argumentos são utilizados pelos defensores da Reforma do Ensino Médio. O primeiro é que “ela garantirá a permanência dos estudantes nas escolas”. Essa Reforma, do ponto de vista do ensino profissionalizante, permite, por exemplo, que os estudantes de quinze ou dezesseis anos façam estágios não remunerados, ou recebendo pagamentos de valores muito baixos, para contabilizarem como carga horária de estudos (FIOCRUZ, 2019). A carga horária elevada de estágio – tanto no ensino profissionalizante quanto no ensino superior (notadamente nos cursos de licenciatura) – acabam gerando um efeito adverso, ou seja, reduzem o tempo disponível para leituras e estudos por parte dos alunos (além do convívio e organização social), o que interfere negativamente na formação dos estudantes. Além do que, para permanecer na escola e/ou na universidade, o estudante precisa de renda familiar e bolsas de estudo.

¹⁹ A Cogna Educação (anteriormente Kroton Educacional), está entre as 50 maiores empresas de educação do mundo em valor de mercado. Foi fundada em 1966 em Belo Horizonte a partir da criação da empresa de cursos pré-vestibulares Pitágoras. Atua na educação infantil, ensino fundamental e médio, pré-vestibular e ensino superior. Realiza a importação e a exportação de livros didáticos e revistas, e o grupo é proprietário das empresas Pitágoras, Unic, Unopar, Unime, Ceama, Unirondon, Fais, Fama, União, Uniderp e Anhanguera, sendo a maior empresa brasileira no segmento de ensino superior. Possui 804 escolas no Brasil sob a marca Pitágoras, 5 escolas no Japão e 1 escola no Canadá.

Três aspectos importantes dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff que notadamente avançaram em comparação aos anos de 1990 foram: o maior acesso de pessoas à universidade pública (sobretudo os jovens), o Bolsa Família e a ampliação das bolsas de graduação e pós-graduação (IC, CNPq e Capes). Esse discurso de que “quanto antes o jovem entrar no mercado de trabalho, mais oportunidades surgirão e melhor será seu futuro profissional e de renda” é uma falácia que atende aos interesses do capital, principalmente para aumentar o exército industrial de reserva e, por conseguinte, forçar a redução dos salários. Um exemplo disso é que, nos países desenvolvidos e menos desiguais (como os escandinavos), as pessoas, em geral, têm um nível elevado de escolaridade e entram no mercado de trabalho tardiamente. Isso é explicado por alguns fatores, como a renda das famílias, as bolsas de estudos e pesquisas, a valorização do ensino superior (com destaque à pós-graduação e à pesquisa científica) e outros, com participação e grande apoio do Estado.

O segundo é que “a Reforma do Ensino Médio fortalecerá o protagonismo dos estudantes”. Um jovem de catorze ou quinze anos não têm condições de escolher o que quer cursar, pois ele ainda não sabe o mínimo dos conteúdos trabalhados no ensino médio (FIOCRUZ, 2019). Na realidade, isso é uma forma de retirar os direitos de ensino e aprendizagem dos alunos, principalmente dos mais pobres que vivem na periferia social das cidades. O terceiro é o simplismo e o contrassenso de que “o Ensino Médio e Profissionalizante terá a carga horária aumentada e isso favorecerá a formação dos alunos”. Considerando o contexto de redução significativa dos investimentos estatais, especialmente em educação, como ocorreu no Brasil desde 2016, essa proposta de incrementar a carga horária com diminuição dos investimentos somente pode gerar um resultado: o aumento da precarização do ensino. Ou seja, isso agudizará uma realidade já precária da educação, do trabalho docente e de muitas escolas públicas do país.

Além disso, esse cenário foi/é agravado pela baixa procura e ingresso de alunos em cursos de licenciatura (caso da Geografia), pelo desinteresse de muitos discentes universitários (poucas leituras, reduzida frequência nas aulas etc.) e pelo número elevado da

evasão no ensino superior no Brasil, sobretudo nos cursos de licenciatura (Geografia, História, Pedagogia e outros). Isso é consequência da crise econômica e social, da pandemia, do incremento da desigualdade, das políticas neoliberais, do desestímulo à carreira docente, da necessidade de muitos jovens terem que trabalhar para ajudarem suas famílias, da falta de apoio do Estado e de bolsas para manterem os estudantes, entre outros, e esses fatores afetam mais significativamente as pessoas de baixa renda, como muitos discentes de cursos de licenciatura no país. A evasão no ensino superior no Brasil passou de 26,3% em 2014, para 36,6% em 2021. Esse número é ainda maior considerando alguns cursos, em que a evasão é superior a 50% (DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, 2022).

A retirada ou diminuição de disciplinas do currículo escolar prejudicam a formação dos futuros professores, e isso engana/ilude a sociedade com um falso “direito de escolha” dos discentes. Na verdade, quem determinará as disciplinas que devem ou não serem oferecidas serão os Secretários de Educação, muitas vezes ligados aos interesses privados e altamente tecnicistas (vários desses profissionais não são da área educacional, mas sim, engenheiros, administradores, médicos, empresários e outros).

As mudanças na educação não se limitam apenas ao Brasil, mas também ocorreram/ocorrem em muitos países da América Latina e em nações desenvolvidas, caso, por exemplo, das universidades dos Estados Unidos – que possuem proximidade especialmente com as grandes corporações estadunidenses (financiamentos de pesquisas, desenvolvimento de produtos, inovações tecnológicas, formação de mão de obra técnica e especializada etc.) – e da Europa, que valorizam demasiadamente no currículo as disciplinas técnicas, em detrimento dos componentes curriculares estruturantes das diferentes áreas do conhecimento, sobretudo das Ciências Humanas, como a Geografia. O Tratado de Bolonha (Declaração de Bolonha), de 1999, gerou/gera reflexos negativos nas universidades europeias, como a criação de muitas disciplinas técnicas, a desvalorização de conteúdos importantes (estruturantes) das diferentes áreas do conhecimento, o enfraquecimento da formação crítica dos estudantes, o enaltecimento do empreendedorismo e estimulou/estimula as relações com o grande capital.

A Reforma Curricular dos Cursos de Licenciatura (aprovada pelo Ministério da Educação, em 2019) e a Curricularização da Extensão também fazem parte de um contexto político-institucional marcado pelo golpe de 2016, pelo neoliberalismo e pelo intenso retrocesso na educação brasileira. Essas mudanças impostas nas universidades públicas do país não foram precedidas de um amplo e qualificado debate entre a comunidade universitária. Tais modificações podem gerar prejuízos, como: a) transformar componentes curriculares centrais e estruturantes dos diferentes cursos em “disciplinas secundárias” (menos relevantes); b) criar uma carga excessiva de disciplinas pedagógicas, práticas, técnicas e extensionistas; c) desvalorizar os conteúdos e as disciplinas mais críticas e reflexivas, fundamentais para a formação dos alunos e cidadãos; d) desestimular/arrefecer a pesquisa, que é essencial para o desenvolvimento intelectual dos discentes, para incentivar os estudantes a seguirem para a pós-graduação (mestrado e doutorado), para qualificar a formação dos professores, para contribuir com os grupos e partidos progressistas e de esquerda e; e) engrandecer o empreendedorismo na universidade pública, ligado aos interesses corporativos e neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS

Este artigo procura, de forma clara, mostrar alguns problemas enfrentados pela educação e pela classe docente no Brasil, especialmente a universitária, em atividades públicas. Ele também é fruto de angústias pessoais e de um pouco de frustrações com os rumos da educação em um governo progressista e, mais ainda, em um governo entreguista e fruto de atos golpistas, como o do Michel Temer e Jair Bolsonaro. Mas, antes de tudo, ele é uma análise dos problemas para avaliar e planejar medidas que podem ser prepositivas e capazes de gerar mudanças no recém-inaugurado terceiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Mas é claro que os agentes públicos preferem modelos importados e, especialmente, de “boa governança” difundidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU) e outros, como o “Processo de Bolonha”.

Identificar algumas dificuldades na atividade docente pode ser um começo para planejar mudanças de atitudes e equalizar reivindicações de classe e, sobretudo, de toda a sociedade brasileira, pois essa é a mais afetada, inclusive, mais que a própria classe docente²⁰. Ver a educação como política pública, capaz de alterar positivamente a economia, a sociedade, o meio ambiente e a política, é uma postura mais eficaz do que somente tentar resolver o problema via crescimento econômico com medidas economicistas e muitas vezes ineficientes.

A educação também é uma forma de geração de riqueza espiritual e econômica e tem que deixar de ser uma bandeira político-partidária, eleitoral, populista e tornar-se uma concretização da/e para a sociedade, mediante um Estado forte e planejador. Exemplo disso é que ela foi, mesmo tardiamente, colocada como tema na discussão das repartições dos royalties do petróleo (exploração do Pré-sal e dos Pós-sal), ou seja, parte deles deveria ser direcionada para a educação. Entretanto, o governo ilegítimo de Michel Temer, comprometeu ferozmente o futuro da Nação ao impedir essa ação, além de conceder e privatizar o patrimônio nacional do petróleo (poços, bacias petrolíferas, plataformas e outros) para corporações internacionais. Tanto o governo quanto vários congressistas usam a educação como política elitista e conservadora. Nesse caso, a história parece se repetir, ou seja, é muito parecida com o que vivenciamos com a CPMF, pois essa contribuição foi criada para tirar a saúde brasileira da crise. Porém, questionamos: esses recursos foram utilizados para a saúde?

Como lembrou Karl Marx, ao comparar Luís Filipe Bonaparte ao seu tio Napoleão Bonaparte, no 18 Brumário de Luís Bonaparte: "A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa". Vamos ver o que acontece ou vamos participar desta luta? Passar um "cheque em branco" para o presidente Lula da Silva é ingenuidade nossa. É preciso pressão popular, medir forças e direcionar as políticas públicas no rumo dos

²⁰ É importante deixar claro que o prejuízo maior dessa política é para a população brasileira, inclusive, mais do que para a classe docente. Este artigo não objetiva reivindicar melhores salários, condições de trabalho, reconhecimento social, mas mostrar que é a população quem mais sofre com isso.

interesses gerais da sociedade. Tudo é política e, por isso, tanto o executivo quanto o legislativo devem ser alvos de pressão popular. A luta de classes não é para amadores e ingênuos!

REFERÊNCIAS

- CAIADO, K.R.M.; PASTORIZA T.B. O ensino de Geografia segundo a Pedagogia Histórico-Crítica: algumas aproximações. In: **HISTEDBR**. Campinas, 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1042-2883-1-pb.pdf>. Acesso em: 24/02/2023.
- DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. Dados e informações sobre evasão no ensino superior no Brasil. 2022. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/evasao-bate-recordes-no-ensino-superior/>. Acesso em: 18/02/2023.
- DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- EXTRACLASSE. Quais são os interesses das fundações e institutos empresariais com a BNCC e o “novo” ensino médio. 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2019/09/quais-sao-os-interesses-das-fundacoes-e-institutos-empresariais-com-a-bncc-e-o-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 24/02/2023.
- FIOCRUZ. O objetivo da reforma do ensino médio é reproduzir a exclusão social. In: **Publicação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.epsv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-objetivo-da-reforma-do-ensino-medio-e-reproduzir-a-exclusao-social>. Acesso em: 14/02/2023.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- MORAES, H. B.; ARAÚJO, J. C. S. A expansão do número de cursos, matrículas e vagas em cursos de formação de professores na educação a distância no Brasil no período de 2000 a 2019. In: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 06, Ed. 03, v. 11. São Paulo, 2021, p. 112-124.
- OCDE. Education at a Glance 2021 - OCDE Indicators. Paris, 2021. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/b35a14e5-en.pdf?expires=1677549070&id=id&accname=guest&checksum=94C558E766068B1A7FFB579FA6B2B95D>. Acesso em: 26/02/2023.
- RAAD, I. L. F. As ideias de Vigotski e o contexto escolar. In: **Revista de Psicopedagogia**, v. 33, n. 100. São Paulo, 2016, p. 98-102.
- SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica e pedagogia da libertação: aproximações e distanciamentos. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 13, n. 3, p. 170-176. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/47177/25792>. Acesso em: 26/02/2023.
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.